

**FAMÍLIA E VALORES NA SOCIEDADE BRASILEIRA
NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICA
(1870-1950)**

Riolando Azzi

As Edições Loyola acabam de lançar o volume *Sociedade Brasileira Contemporânea: Família e Valores*, publicação realizada sob a coordenação de Ivete Ribeiro. O volume é o resultado de um seminário promovido pelo Centro João XXIII de Investigação Social (CIAS) em Teresópolis, de 28 a 31 de maio de 1985.

Nessa obra consta um estudo de minha autoria sob o título *Família e Valores no pensamento brasileiro (1870-1950). Um enfoque histórico*. Nesse texto procuro analisar as articulações do pensamento brasileiro num esforço de acompanhar, legitimar ou até mesmo contestar as transformações sociais que iam ocorrendo nesse período. É exatamente a análise dessas mudanças na área política, econômica, social e cultural que pretendo apresentar agora mais detalhadamente.

Como marco inicial do estudo foi estabelecida a data de 1870. De fato, no aspecto político, temos nesse ano a publicação do Manifesto Republicano. No aspecto sócio-econômico, faz-se em 1871 a promulgação da lei do Ventre-Livre. Em 1872 eclode no país a Questão Religiosa, e o ano de 1875 é considerado como o marco inicial da grande imigração italiana, eventos esses de importância fundamental na esfera cultural e religiosa.

Todos esses fatos são expressões sintomáticas das mudanças que se processam no país a partir das três últimas décadas do século XIX.

A partir da segunda metade deste século ocorrem outras alterações significativas nas diversas esferas da sociedade brasileira. Daí a razão do término desse estudo por volta da década de 1950.

É, pois, dentro desses limites de tempo que pretendo focar a questão da família e valores na sociedade brasileira.

Convém ter presente que durante os três primeiros séculos de vida colonial, o modelo de família de tipo patriarcal foi predominante entre os membros da classe senhorial luso-brasileira. Mas é preciso assinalar também exceções significativas, como demonstram os estudos mais recentes de demografia histórica, especialmente os publicados por Maria Luiza Marcílio(1).

Aliás, não se pode olvidar que o povoamento da colônia nos primeiros séculos se fez em grande parte pela miscigenação através do concubinato dos homens brancos com mulheres indígenas e africanas, entre os quais o casamento oficializado era raro e dissimulado. A professora Maria Luiza assim enfatiza a precariedade dos nossos conhecimentos sobre a vida familiar nesse período:

“Ora, apesar dos estudos pioneiros e clássicos de Gilberto Freyre, de Antônio Cândido e poucos outros, muito pouco se conhece sobre a família brasileira da época colonial e do século XIX. Ou melhor, o que se sabe, limita-se geralmente a formas familiares da camada dominante, de alguns setores da elite, regionalmente localizados. Falta-nos conhecer a vida familiar e doméstica dos setores majoritários dos despossuídos: do negro, do índio, dos artesãos, dos camponeses, dos mineiros, dos criadores de gado. Falta-nos conhecer melhor a vida das famílias incompletas, ilegítimas, porcentagem tanto mais volumosa dos grupos domésticos brasileiros, quanto mais se desce na camada social e se atinge os pobres e sobretudo os escravos”(2).

As informações que temos, portanto, referem-se principalmente à classe senhorial luso-brasileira.

Os casamentos obedeciam fundamentalmente a uma necessidade econômica. O interesse imediato dos chefes de família da classe senhorial era garantir e aumentar o seu poder na vida colonial, em termos sociais e sobretudo econômicos. Toda família devia servir a esse fim, inclusive os filhos. Assim, só interessava casar um filho ou uma filha com uma pessoa rica ou detentora de algum cargo importante na administração colonial.

O domínio do homem sobre os membros da família era absoluto na sociedade colonial. Daí Capistrano de Abreu caracterizar a família patriarcal pela presença do pai autoritário, da mãe submissa e dos filhos “aterrados” diante do despotismo paterno.

Enclausurada dentro da casa, não se admitia geralmente que a mulher branca se dedicasse a nenhum tipo de trabalho produtivo, considerado degradante e próprio dos escravos. A única exceção permitida eram os bordados e rendas, considerados mais como arte e lazer do que como trabalho.

Em conseqüência dessa situação, em geral as mulheres eram muito descuidadas com relação ao aspecto físico. Os visitantes do século XIX acenam com freqüência à gordura e ao desleixo como característica dessas mulheres que viviam nas casas-grandes e nos sobrados.

Ainda em meados do século XIX o modelo de família patriarcal apresentava-se bastante forte.

Gilberto Freyre assim caracterizava as relações entre o homem e a mulher dentro dos padrões da classe dominante:

“Em sua atitude para com a esposa, o brasileiro da década de 50 era um verdadeiro patriarca à maneira romana. Dentro de casa concedia-lhe alguma autoridade. Fora, lhe era negado qualquer poder. Fora de casa a mulher era apenas, legalmente e socialmente, a sombra do marido”.

E mais adiante acrescenta:

“Enquanto a mulher da classe senhoril passava a maior parte do tempo no interior da casa, o homem — o homem senhoril da cidade — gastava grande parte do seu fora na rua, na praça pública, à porta de algum hotel francês, na repartição pública ou no armazém”.

Havia portanto dois espaços geográficos bem definidos: o espaço do lar, reservado à mulher, e o espaço social, onde o homem atuava livremente. Simultaneamente, havia também duas esferas morais distintas, descritas pelo mesmo sociólogo brasileiro nestes termos:

“O padrão de moralidade de duas faces prevalecia na década de 50: idolatrava-se a mulher pura, a mulher lírio — enquanto os desregramentos sensuais do homem só de leve eram reparados. Em casas grandes e sobrados patriarcais, não eram raro os sinhozinhos se iniciarem na vida sexual profunda, desvirginando moças, emprenhando escravas negras. Escravas que eram também emprenhadas pelos ioiôs da casa. Em alguns casos a sinhá da

casa, generosa e tolerante, criava os filhos mulatos do marido junto com os brancos e legítimos”(3).

Os desregramentos sexuais por parte dos homens são enfatizados por Luis Mott em seu estudo sobre *Os Pecados da Família na Bahia de Todos os Santos*(4).

Aliás, como mostra Jorge Amado em alguns de seus romances, situados historicamente em fins do século passado e primórdios deste, o tradicional coronel do nordeste crescia em prestígio na proporção do número de amantes que conseguia manter nos centros urbanos próximos de sua fazenda ou engenho.

Sem muitos horizontes geográficos e culturais, restringida ao enclausuramento das casas-grandes nas fazendas e engenhos, a figura de mulher na sociedade patriarcal apresentava-se marcadamente conservadora. Daí a oportuna observação de Gilberto Freyre:

“De modo geral, o homem foi, dentro do patriarcalismo brasileiro, o elemento móvel, militante e renovador; a mulher, o conservador, o estável, o da ordem”(5).

Se a mulher na família patriarcal permanecia na estreita dependência do homem, e geralmente desvinculada da atividade produtiva, tal não se dava com as mulheres das populações pobres, que viviam à margem do sistema latifundiário e escravocrata(6). Tais mulheres dedicavam-se a diversas formas de trabalho, na roça, no artesanato, no pequeno comércio e não raras vezes na prostituição, para ajudar o marido na manutenção dos filhos. Com certa frequência, aliás, eram elas próprias que assumiam a direção do lar, pelo afastamento temporário ou definitivo do seu companheiro. As dificuldades sociais e econômicas para sustentar as despesas referentes à solenidade do casamento em seu aspecto religioso e social motivava que os casais amigados ou amasiados se multiplicassem, vivendo ligados apenas por um vínculo natural. Nessas famílias pobre, a mulher arcava não apenas com a educação dos filhos como também com a sua manutenção parcial ou total.

Não obstante, a partir das três últimas décadas do século passado, vão se operando no país mudanças significativas no aspecto econômico, social e cultural, que permitem vislumbrar uma alteração progressiva na ordem familiar e nos valores aos quais ela tradicionalmente estava vinculada.

Mudanças políticas

A mudança política mais expressiva do período foi sem dúvida a passagem do governo monárquico para o regime republicano.

A República brasileira teve sua origem mediante a aliança de diversos grupos descontentes com o regime imperial. Três setores emergem como mais significativos nesse momento histórico: a burguesia industrial nascente, as classes médias e urbanas em formação e a parcela progressista da classe senhorial, representada pelos cafeicultores do oeste paulista. Mas foi o grupo militar, representante da classe média, que tornou efetiva a mudança do regime.

Durante os primeiros anos, a burguesia industrial e as classes médias, propugnadoras do pensamento liberal, tiveram certa força no governo, tendo como seu grande líder Rui Barbosa. Faltava-lhes, porém, uma estrutura sócio-econômica básica, que permitisse consolidar sua hegemonia a curto prazo. Esse período coincide com os governos militares de Deodoro e Floriano.

A história oficial costuma apresentar Floriano como o consolidador da República. Não resta dúvida de que seu governo forte impediu a organização e fortalecimento de grupos monárquicos saudosistas. Na realidade, porém, sua atuação representou muito mais o esforço das classes médias urbanas a fim de manterem ainda alguma participação nas vantagens econômicas oferecidas pelo novo regime.

O término do poder militar significou não apenas a derrota dos setores industrializantes, como também a perda de prestígio das classes médias urbanas.

Em última análise, tornava-se evidente que a mudança de regime implicara apenas numa alteração da ordem política, sem que as estruturas sócio-econômicas do país fossem abaladas.

A 15 de novembro de 1894 assume o poder, como Presidente da República, Prudente de Moraes, líder do partido republicano paulista. Inicia-se desse modo a fase republicana conhecida como governo das oligarquias. É a época do predomínio político dos produtores e exportadores de café; estes assumem a liderança das demais facções da classe senhorial. A classe média, por sua vez, isolada e sem base política, ficará condenada por várias décadas a viver ainda à margem do poder.

O Brasil voltava a se apresentar como um país predominantemente rural, apenas desviando o eixo do poder econômico do Nordeste para o Centro-Sul, do açúcar para o café, do braço escravo para o imigrante aviltado e explorado.

Os senhores de terra continuavam como os donos do poder político e econômico, como já tinham sido durante o período colonial e imperial.

Apesar da predominância do caráter agrário nas primeiras décadas do regime republicano, a família patriarcal inicia um processo lento de desagregação, seja como consequência da abolição da escravatura, seja em virtude da progressiva afirmação da mulher na sociedade brasileira.

Essa paulatina emergência da mulher dentro da vida do país repercute na própria legislação republicana.

A mulher, antes relegada ao arbítrio do poder do marido, passa agora a ser reconhecida como sua "companheira" na direção do lar e na educação dos filhos, embora a posição de chefe de família continue ainda exclusiva do homem, a não ser em casos excepcionais, como loucura ou morte do marido.

Já o decreto nº 181, de 24 de janeiro de 1890, afirmava a condição da mulher como auxiliar do homem na gestão familiar.

No Código Civil de 1916 o artigo 240 declara que a mulher "assume, pelo casamento, com os apelidos do marido, a condição de sua companheira, consorte e auxiliar nos encargos da família".

Embora o direito civil reconheça que a mulher tem também capacidade para governar a família, estabelece que seus direitos devem ser restringidos em nome da autoridade do marido.

Daf o comentário do jurista Clovis Bevilacqua:

"A mulher goza da mesma capacidade atribuída ao homem. Casando-se, essa capacidade se restringe, para não estorvar a direção da família, entregue ao marido. Quando esse temporária ou definitivamente, deixa a direção do lar, cessa o motivo da incapacidade da mulher"(7).

Teoricamente portanto, o Estado republicano reconhece os direitos da mulher, o que significa um ganho em relação ao antigo regime patriarcal. Na prática, porém, esses direitos ficam restringidos ao nível familiar, onde se afirma a hegemonia incontestada do homem. Por outro lado, ela continuava ainda marginalizada da vida política, pois a Constituição de 1891 não lhe deu o direito de votar. O sufrágio feminino será apenas uma conquista da revolução de 1930. Sob esse aspecto, a influência do pensamento positivista, apregoando a abstenção política da mulher, teve de início a primazia sobre a mentalidade liberal que começava a se esboçar no país nos primórdios da República.

Nas primeiras décadas do regime republicano, portanto, continuava-se a manter a tese da superioridade do sexo masculino, ao qual competia exclusivamente a participação na vida pública, e ao mesmo tempo a chefia geral da organização familiar, dentro da qual a mulher exercia suas atividades como sua colaboradora e dependente.

Uma das pioneiras no esforço para quebrar essa hegemonia masculina foi Bertha Lutz, grande promotora da emancipação feminina. Licenciada em Ciências pela Universidade de Paris em 1918, no ano seguinte, já de volta ao Brasil, assumiu a liderança do movimento feminista.

Em 1922 organizou a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, em seguida transformada em Associação, em cujos estatutos constava o seguinte item:

“Assegurar à mulher os direitos políticos que a nossa Constituição lhe confere e prepará-la para o exercício inteligente desses direitos”.

A nova Associação conseguiu ganhar a simpatia de alguns membros da Câmara, entre os quais estava o deputado Juvenal Lamartine.

Candidato e em seguida eleito para o governo do Rio Grande do Norte em 1927, Lamartine introduziu o seguinte adendo na legislação eleitoral do Estado:

“No Rio Grande do Norte, poderão votar e ser votados, sem distinção de sexos, todos os cidadãos que reunirem as condições exigidas por esta lei”.

Essa primeira vitória obtida em 1927 abriu um precedente significati-

vo para que o direito de voto feminino fosse reconhecido definitivamente na Constituição de 1934.

A partir de então a mulher passou a conquistar pouco a pouco maior espaço para sua participação política.

Mudanças econômicas

É apenas após a revolução de 1930 que a mulher ganha mais autonomia na vida pública brasileira. Esse período coincide também com um significativo surto de industrialização, que marca efetivamente o ingresso do país na era industrial.

Não obstante, os primeiros passos para que o Brasil pudesse superar seu caráter marcadamente rural já haviam sido dados desde o fim do século XIX.

A partir da última década do Império a produção industrial começa a ser significativa. Em 1881 a indústria brasileira contava com cerca de 200 estabelecimentos, e mais de 600 em 1890, no início da República.

A hegemonia agrária nas primeiras décadas fez com que o desenvolvimento fosse lento no princípio mas intensificado após 1918, com o término da primeira guerra mundial.

Nos primeiros decênios a produção industrial concentrava-se nos setores têxtil e alimentícios, localizada nas principais capitais brasileiras.

A produção industrial está ligada à progressiva afirmação da burguesia industrial, com vínculos mais ou menos significativos com a própria burguesia agrária, que comandava então a economia cafeeira.

A mulher brasileira teve um papel muito expressivo como força de trabalho no setor industrial têxtil, implantado no país em fins do século passado. Por seu caráter praticamente manufatureiro, a mão-de-obra feminina passou a ser praticamente hegemônica. Maria Valéria analisa essa conjuntura econômica nestes termos:

“Comprar a força de trabalho feminina (e infantil) para operar as primeiras unidades fabris do Brasil correspondia a única alter-

nativa viável numa conjuntura na qual a economia enfrentava escassez de mão-de-obra: em outras palavras, as mulheres foram introduzidas na condição clássica de exército industrial de reserva”

Após ressaltar que o salário feminino era extremamente baixo, acrescenta:

“Esse fato para a família operária significaria que esforços adicionais deveriam ser feitos ... principalmente cuidando de atividades de subsistência, como pequenas hortas ou criação de animais domésticos ...”(8).

Uma das principais atividades das mulheres nos centros urbanos como São Paulo e Rio de Janeiro, onde o setor industrial começou a se desenvolver efetivamente, era o de costureiras. Nesses grupos de trabalho, houve poucas manifestações expressivas de protesto contra a opressão de sua categoria. É o que afirmava June Hahner, escrevendo:

“As mulheres eram mais lentas em sua organização, que os homens, apesar de receberem pior tratamento e salários mais baixos nas fábricas, e estarem sujeitas a abusos e exploração sexual e de outros tipos por parte dos proprietários, supervisores e capatazes”(9).

Pensamento análogo é expresso por Heleith Saffiotti, nestes termos:

“A pequena capacidade reivindicatória da mulher fá-la comportar-se mais ou menos passivamente nas relações de trabalho, impedindo-a de assumir posições estratégicas que poderiam melhorar sua posição de barganha no mercado de trabalho”(10).

Aliás, grande parte das mulheres eram muito jovens e com pouca experiência de vida, pois faziam-se sérias restrições à presença de mulheres casadas nas fábricas, a fim de evitar os ônus sociais provenientes de gravidez e do cuidado com os filhos.

Desse modo, a incorporação à força de trabalho urbano não trouxe mudanças significativas na vida das mulheres pobres provenientes da área rural. Já anteriormente elas arcavam com duas tarefas absorventes e cansativas: os cuidados do lar e os trabalhos do campo. A única mudança que se operou foi que o trabalho do campo passou a ser substituído pelo trabalho na fábrica, ou pelo trabalho como doméstico

cas em casas das famílias burguesas.

Não obstante, uma das conseqüências significativas da desagregação da economia escravocrata foi permitir que os antigos escravos negros e os colonos pobres brancos e mestiços pudessem organizar de forma mais estável sua vida familiar, sem sofrer a violenta interferência sexual dos senhores contra suas mulheres(11).

Pouco a pouco conseguem eles ter uma maior autonomia na vida familiar, sobretudo ao transferir-se para a periferia das cidades em busca de trabalho assalariado.

Quem, porém, passa a sofrer mais as conseqüências com a transferência da família para a cidade são os filhos. Já no ambiente rural eles colaboravam com os pais nas atividades agrícolas, mas havia sempre uma proximidade geográfica significativa entre o lar e o ambiente de trabalho. Agora, os meninos vêm com freqüência seus pais irem trabalhar em locais distantes, devendo eles ficar ao léu da sorte em busca de biscates que complementem de alguma forma o orçamento familiar. O problema do menor abandonado aumentará sobretudo a partir dos anos 30, com a industrialização crescente e a formação dos grandes centros urbanos.

Se para a mulher pobre, camponesa ou proletária, a industrialização progressiva do país significou geralmente apenas maior volume de trabalho para manter suas obrigações familiares, para a mulher da antiga classe senhorial essas mudanças econômicas trouxeram benefícios significativos, no sentido de permitirem a sua transferência da casa grande para os sobrados das cidades, que iniciavam então a se desenvolver em conseqüência do processo industrial em andamento.

Mudanças sociais

Um dos aspectos que mais contribuiu para as mudanças sociais de costumes e valores na sociedade brasileira, atingindo o próprio núcleo da instituição familiar, foi a progressiva, embora inicialmente lenta, urbanização do país. Durante os três primeiros séculos de colonização o Brasil fora essencialmente um país rural. As únicas cidades importantes situavam-se na costa, como portos de exportação de produtos primários ou como bastiões de defesa militar do território. Por isso a vida social nas cidades era quase nula. Com razão, enfatiza Nelson Omegna:

“No mundo que a cidade centraliza só há uma profissão que dá riqueza e real ascendência: é a exploração da terra. A roça é que atrai os homens de ação. Viver na fazenda constitui timbre de distinção e importância”(12).

O ciclo do ouro provocou em meados do século XVIII um surto significativo de cidades no território das Minas Gerais, mas com o seu rápido declínio o desenvolvimento urbano estagnou-se.

A partir das últimas décadas do século XIX porém, o Brasil inicia a sua fase de industrialização, e concomitantemente as cidades passam a ter uma importância cada vez maior.

A população urbana do Brasil, em cidades de mais de 50.000 habitantes, evolui da seguinte maneira no período 1870-1920:

Censo	População total	População urbana (mais de 50.000)
1872	4.930.478	5,9
1890	14.333.915	6,8
1900	17.438.434	9,4
1920	30.635.605	10,7 (13)

Essa urbanização progressiva permitiu a formação e o desenvolvimento das classes médias, que embora geralmente enraizadas na sociedade patriarcal, despertavam progressivamente para os ideais burgueses da liberdade e do progresso.

Com a fundação e desenvolvimento de centros urbanos nas diversas regiões do país, mas sobretudo no Centro-Sul do país, o isolamento em que vivia a família patriarcal, na casa-grande dos engenhos e nas fazendas começa a romper-se, e a aristocracia rural passa progressivamente a adotar os padrões das cidades. Em consequência aumenta tanto o contato das famílias entre si como a influência de outros centros urbanos nacionais e estrangeiros, e as pessoas passam a tornar-se mais permeáveis aos novos valores que começam a emergir na sociedade brasileira. A partir de então, a mulher começa pouco a pouco a ter mais vida social.

Ao passar por Belém, grande centro comercial na desembocadura do rio Amazonas, Herbert H. Smith, naturalista norte-americano, anotou na década de 1870:

“Na vida doméstica, muitas das velhas noções intolerantes a respeito das mulheres ainda são mantidas; mas no Pará já não se veem as mulheres proibidas de qualquer contacto com visitantes e banidas da mesa. O padrão de moral pessoal cresceu em exata proporção com o avanço de idéias mais liberais; e apesar de haver um campo vasto para melhoras nesse respeito, e apesar de que a infidelidade por parte do marido ainda é encarada como um pecado venial, o vício já não tem aquela abertura e irrestrita licença de antes, que o faziam dolorosamente conspícuo”(14).

Concomitantemente à maior afirmação da mulher na vida social, os adolescentes iniciam seus esforços no sentido de romper os rígidos padrões éticos que os mantinham sob a dependência absoluta dos pais.

Os centros urbanos começam também a oferecer locais onde as comunicações entre os sexos podiam expressar-se com maior desenvoltura, como os clubes, com suas festas e danças, os teatros e posteriormente as salas de projeção cinematográfica que começam a se expandir pelos centros urbanos, mesmo no interior do país.

Dessa forma a igreja matriz, que antes constituía o local exclusivo de articulação da vida social com as festas de padroeiros, com as missas e procissões, com as bandas de música e quermesses, passa a sofrer a concorrência progressiva de outros espaços de carácter mais profano que se abrem para a vida social.

Por outro lado, o rígido controle que a hierarquia eclesiástica passa a exercer sobre os edifícios e atos de culto em matéria de moral sexual contribui ainda mais para que os locais considerados profanos comecem a partir de então a ocupar uma posição hegemônica nas diversas manifestações relacionadas com a vida sexual.

Um exemplo do rigor eclesiástico está na atitude do prelado de Mariana D. Viçoso, que a 15 de novembro de 1860 proíbe que na cidade de Ouro Preto se cante o terço diante dos oratórios existentes nas ruas durante o período noturno, com esta observação expressiva:

“É fácil compreender que não agradam a Deus as devoções praticadas em lugares em que ambos os sexos se encontram em confusão, em obscuridade”.

E, na pastoral de 28 de novembro de 1870 o prelado estende essas

restrições para as cerimônias celebradas dentro das próprias igrejas, com estas palavras:

“E porque nos consta que há abusos em algumas de nossas igrejas nas funções eclesiásticas, aproximando-se ou avistando-se muito de perto os diversos sexos, e especialmente em novenas, festividades de noite; com toda a autoridade proibimos essas funções de noite, que nos dizem ser muito perigosas. A tais horas se devem principiar as novenas e outras festividades que venham a acabar ao sol pôsto, o mais tardar”(15).

Fechadas as portas das igrejas, a praça, o ponto central das pequenas cidades brasileiras, passa a constituir o local de freqüentes encontros. Enquanto os adultos se sentam nos bancos para conversar, os jovens, agrupados por sexos, caminham dando voltas pela praça, com olhares que se entrecruzam, dando assim início à sua vida afetiva. Isto constituía uma grande novidade, desconhecida na antiga tradição luso-brasileira, onde as cidades coloniais permaneciam praticamente vazias durante grande parte do ano.

A vitalidade que assumem progressivamente os centros urbanos favorecem mudanças sociais na questão do casamento, abrindo um espaço para o desenvolvimento do namoro. Por essa razão, ao analisar a vida brasileira durante o século XIX, Thales de Azevedo ressalta o caráter romântico que começo a ser introduzido nas relações preparatórias para o casamento:

“O namoro é a forma de relacionamento que se estruturou a partir do momento em que, por força do amor romântico, entrou em desuso no Brasil, já nos primeiros decênios do século XIX, o casamento *arranjado*, que consistia na escolha dos futuros cônjuges pelos seus pais”(16).

Por seu turno, Gilberto Freyre assinala que ainda em meados do século XIX mantém-se forte a forma tradicional de casamento:

“Geralmente, porém, o casamento não resultava de galanteios românticos. Resultava de mecanismo menos lírico do sistema patriarcal de família. O homem com quem a moça de pouco mais de treze anos se casava, raramente era de sua própria escolha. A escolha era de seus pais, ou simplesmente de seu pai”(17).

Mas já em fins do século a mudança de costumes tornava-se mais sig-

nificativa, sendo descrita por Saffioti nestes termos:

“O namoro ganha assim, funções totalmente novas. Não mais os pais acertam entre si o casamento dos filhos imaturos; são os próprios interessados que tomam a iniciativa, facilitada agora pelos novos hábitos de frequentar bailes, cinemas, e fazer o *footing* nas cidades interioranas”(18).

O que importa sobretudo ressaltar é que essas mudanças no comportamento social permitiam que os jovens chegassem ao noivado encarando o matrimônio não apenas como um contrato em termos comerciais, mas como expressão de afeto, de amor e até mesmo de paixão. Por sua vez, o cinema com seus filmes românticos, as canções sentimentais e as novelas melodramáticas divulgadas pelo rádio serviam para criar uma nova visão da vida matrimonial, dando mais espaço à responsabilidade dos noivos na tomada de decisão, e conseqüentemente criando um clima de maior afeto para os filhos desejados.

Se a urbanização progressiva com a conseqüente mudança de valores permitiu que as pessoas assumissem mais responsabilidades pessoais quanto à vida familiar, a marca individualista da ideologia liberal faz com que essas famílias de burguesia rural se mantenham alheias aos problemas sociais que emergiam como conseqüência das transformações de ordem política e econômica. É o que destaca como ênfase Paulo Sérgio Pinheiro, nestes termos:

“A urbanização não foi entretanto, um processo mágico que transformou os que dela participaram em representantes de interesses anti-oligárquicos ou em elementos capazes de pôr em xeque o projeto do bloco-no-poder. A cidade se desenvolve dentro da dinâmica do sistema agrário-exportador: essa situação marcará a ambigüidade das classes médias urbanas submetidas à dupla influência dos laços de dependência com as oligarquias e a ilusória autonomia que a participação nos serviços comerciais ou na burocracia do Estado podem dar aos seus membros”(19).

Em síntese: a urbanização contribui sem dúvida para que possa surgir e fortalecer-se no país o modelo de família burguesa, que paulatinamente substitui a família patriarcal. Este novo modelo se caracteriza por uma relação humana mais intensa entre a esposa e o marido e pela diminuição do caráter autoritário deste último, típico da sociedade patriarcal. Por sua vez, também os filhos adquirem maior espaço

de liberdade dentro do ambiente familiar, liberdade essa que se estende inclusive à possibilidade de uma escolha pessoal com relação ao seu parceiro de namoro e futuro casamento.

Não obstante, permanece muito frágil entre as classes médias urbanas uma consciência crítica dos problemas sócio-econômicos. Aliás, como se verá em seguida, nem mesmo o crescente nível de educação cultural oferece uma contribuição efetiva para o despertar de uma consciência crítica, em vista do seu aspecto alienante com relação ao conhecimento da sociedade brasileira.

Mudanças culturais

Sem dúvida, as mudanças culturais mais significativas estão vinculadas ao movimento migratório, que constituiu uma das características do século passado.

Desde a vinda da família real em 1808, uma das preocupações da Coroa lusitana instalada no Brasil foi a questão do branqueamento da raça. Era muito difícil para a Corte transplantada da metrópole para a colônia viver numa terra onde a maioria da população era mestiça, cabocla, mulata ou negra. A migração de grupos de colonos europeus que se encarregassem do povoamento de regiões pouco habitadas tornou-se desde logo uma meta do governo luso-brasileiro. Já em 1824 instalava-se em Nova Friburgo, nas cercanias do Rio de Janeiro, a primeira colônia alemã, e nos anos subsequentes alemães e suíços estenderam-se pelas regiões serranas de Petrópolis e Teresópolis.

Nessa mesma época iniciava-se a imigração alemã para o Rio Grande do Sul, implantando colônias no Vale do Rio dos Sinos, em São Leopoldo.

A partir de meados do século passado a imigração foi se estendendo sucessivamente para os Estados de Santa Catarina e Paraná, São Paulo e Espírito Santo. Aos alemães vieram juntar-se os italianos e os poloneses, além de grupos de colonos de várias outras nacionalidades como franceses, ucranianos, russos, etc.

Uma das características das famílias dos imigrantes europeus era a concepção de uma severa ética sexual. Sobretudo nas famílias católicas, onde a influência do clero era muito grande, os padrões éticos tradicionais são mantidos por longo tempo. Máximo Zandoni assim

relembra os costumes morais que eram mantidos na colônia italiana de Venda Nova, Espírito Santo durante as primeiras décadas deste século:

“O namoro só era permitido sob austera vigilância, tanto da parte dos pais da moça quanto dos do rapaz. Este devia ter pelo menos 18 anos, a moça um pouco menos. Antes de atingirem essa idade, o namoro se fazia às escondidas, através de cartas de amor, e de troca de olhares à saída da Igreja. Isso era dificultado por um costume tradicional, absurdo e anti-natural. Não havia funções à noite, de modo que era um verdadeiro escândalo encontrar-se um par de namorados perambulando pelas estradas, à noite. Mais revoltante era a separação de sexo por ocasião das cerimônias religiosas. Ao chegarem da igreja, os homens tinham o privilégio de baterem um longo papo antes das cerimônias, enquanto às mulheres nem sequer era permitida uma paradinha na praça para os cumprimentos: dirigiam-se para o interior da capela, cobriam a cabeça com o véu e ali ficavam à espera do início da missa ou orações. Terminada a ação litúrgica, faziam o trajeto até a casa, comadres com comadres, moças com moças, enquanto os homens ficavam batendo papo, assistiam ao leilão ou bebericavam no boteco da capela. No interior da capela, um vasto corredor: de um lado sentavam-se os homens e do outro as mulheres. Nas aulas de catecismo, havia uma sala para os meninos e outra para as meninas”(20).

As restrições à mulher na vida familiar e social eram, pois, análogas às mantidas pela antiga sociedade patriarcal, apenas com uma diferença. O caráter monogâmico do matrimônio era imposto também aos homens pela educação católica.

Em geral os imigrantes europeus vinham com uma consciência muito nítida de sua superioridade racial, nutrindo certo desprezo para com a população aborígine, considerada preguiçosa, indolente e imoral, desprovida de espírito de iniciativa, e de tenacidade para levar avante a bandeira do progresso.

Em seu romance *Canaã*, escrito em 1901 e destinado ao enfoque da colonização alemã no Espírito Santo, Graça Aranha põe na boca do alemão Lentz, um dos personagens da história, estas palavras bastante expressivas:

“Não acredito que da fusão com espécies radicalmente incapa-

zes resulte uma raça sobre que se possa desenvolver a civilização. Será sempre uma cultura inferior, civilização de mulatos, eternos escravos em revoltas e quedas. Enquanto não se eliminar a raça que é produto de tal fusão, a civilização será sempre um misterioso artifício, todos os minutos rotos pelo sensualismo, pela bestialidade e pelo servilismo inato do negro. O problema social para o progresso de uma região como o Brasil está na substituição de uma raça híbrida, como a dos mulatos, por europeus”(21).

Muitos imigrantes de fato, chegados ao final do século XIX, após a unificação alemã e italiana, vinham imbuídos das idéias de “germanidade” e “italianidade”(22).

A partir de meados do século estabeleceu-se também uma colônia significativa de norte-americanos na região oeste de São Paulo, entre Campinas e Piracicaba, onde surgiu a cidade de nome “Americana”. Sobretudo através dos colonos protestantes, passou-se também a proclamar a supremacia dos valores da sociedade americana, ou seja a “americanidade”(23).

Em linhas gerais, porém, pode-se dizer que a maior influência no século XIX veio através da Europa. A cultura européia passou a despertar um grande interesse nas populações urbanas. A este respeito Gilberto Freyre faz esta observação interessante:

“É a época, no Brasil, pelo menos nas capitais, de extrema idealização da figura do “estrangeiro” como pessoa superior em assuntos de comportamento em sociedade elegante ou de estética urbana; superior aos nacionais e aos íberos. Idealização vinda do começo do século XIX, mas acentuada nos últimos decênios do reinado de Pedro II”(24).

Foi sobretudo na área da educação que os padrões europeus, e especificamente os franceses, passaram a exercer um domínio incontestado na vida cultural urbana. A difusão da cultura francesa foi feita sobretudo através do transplante de programas de ensino e currículos da França, bem como através de numerosos estabelecimentos de educação sob a direção de religiosos franceses, como maristas e lazaristas. As religiosas francesas aliás, tiveram sob esse aspecto um destaque particular.

Ao analisar a vida católica no primeiro decênio do século XX, Améri-

co Jacobina Lacombe afirma:

“Este decênio se caracteriza assim pela expansão da hierarquia, pela restauração das ordens religiosas tradicionais ... e pela ascendência na educação religiosa feminina das freiras francesas. Esse predomínio francês que se iniciara com as Irmãs de Caridade em 1855, teve seu apogeu no prestígio dos colégios de Sion e Sacré-Coeur”.

E acrescenta:

“Se por um lado teve aspectos brilhantes, a ponto de alguns diplomatas dizerem que as mulheres cariocas eram mais ilustradas que os maridos (pelo menos conheciam melhor arte e literatura), teve dois pontos que foram alvos de ataques. O primeiro foi uma tendência de elitização da ação católica, deixando de lado as classes populares — defeito que vai ser corrigido em épocas mais recentes. O segundo foi o que se chamaria hoje alienação da realidade brasileira. O estudo da história do Brasil ficava evidentemente em segundo plano. Há páginas candentes de Lima Barreto a respeito dessa deformação da mentalidade da mocidade feminina”(25).

Esse tipo de educação ministrada pelos colégios católicos femininos contribuiu para operar uma mudança significativa no comportamento da mulher brasileira, e conseqüentemente na própria vida familiar. Em primeiro lugar, o exemplo dado pelas próprias religiosas como professoras vinha a indicar um espaço que se abria para a presença da mulher na vida social: o magistério. Em segundo lugar, a elevação do nível cultural nas mulheres contribuiu para despertar nelas o espírito crítico, abrindo-lhes assim uma perspectiva maior do mundo, e rompendo progressivamente o enclausuramento típico da sociedade rural tradicional.

Os colégios protestantes e a escola leiga, por sua vez, sobretudo a partir da era republicana, passam além disso também a difundir a educação mixta em oposição aos rígidos padrões sexuais da escola católica.

As esposas e mães de família nas populações urbanas passam pois a se caracterizar por um maior apreço da educação e da cultura, o que lhes permite questionar e superar o regime tradicional de dependência absoluta do marido. Sob esse aspecto, observa com acuidade Heleieth Saffiotti:

“Minado o sistema de segregação sexual e o de reclusão da mulher no lar, decrescem as diferenças de participação cultural dos elementos femininos e masculinos. Deste maior ajustamento da estrutura de família às novas condições de vida urbano-industrial adviriam profundas alterações na educação feminina. Se por um lado o ideal da educação doméstica se conservava, a necessidade da educação escolarizada para a mulher fazia sentir-se de maneira crescente”(26).

As mudanças culturais desse período portanto, atingem mais diretamente a mulher do que o homem, e será a elevação do nível cultural feminino que permitirá à mulher ocupar não só um espaço de maior autonomia dentro do lar, mas também ampliar sua esfera de participação social, seja em reuniões artísticas e literárias, seja através domgistério, para a qual são preparadas através das Escolas Normais, que passam a ocupar um lugar de relevo na área educacional a partir das primeiras décadas do século XX.

Essas mudanças culturais atingem diretamente as mulheres das classes abastadas do país, pois as mulheres pobres continuam dedicando-se ao trabalho manual no campo ou nas fábricas sem condições de tempo e dinheiro para elevar o seu padrão cultural.

A partir dos anos 30 as mulheres da burguesia encontram um novo espaço de atividade e assistencial: o serviço social.

A idéia do serviço social foi trazida ao Brasil em 1932 pela belga Adèle de Loneaux. As brasileiras Maria Kiehl e Albertina Ramos, atendendo ao seu apelo, seguem para a Europa, formando-se na Escola de Serviço Social de Bruxelas. Em 1936 essas duas assistentes sociais fundaram a Escola de Serviço Social de São Paulo. No ano seguinte, com o apoio do cardeal Leme, fundava-se no Rio o Instituto Social.

Destas duas saíram as assistentes sociais que iriam organizar a maior parte das Escolas de Serviço Social até os anos 50. Foram logo adotados os termos “serviço social” e “assistente social” utilizados na Europa. Mais do que um trabalho, considerava-se a atividade da assistente social como um “ministério” em prol das classes inferiores.

“Significativo desta mentalidade é o fato de que as primeiras candidatas às Escolas de Serviço Social foram moças de classes abastadas”.

A observação é de Balbina Ottoni Vieira, que acrescenta em seguida:

“Nesses primeiros anos, até 1950, o Serviço Social no Brasil apresentava-se na linha da influência francesa no campo *médico-social*, com o objetivo de ajudar os pacientes a utilizar convenientemente o tratamento médico-hospitalar, e de *empresa*, para a promoção do bem-estar do operário. Ambos enfocavam também a família, pois não era possível ajudar um de seus membros sem ajudar também os demais. O serviço social apresentava portanto, característica familiar e paternalista”(27).

É evidente a forte penetração do pensamento católico nos primórdios da atividade do serviço social no Brasil, como também na própria concepção do modelo familiar transmitido pela educação ministrada pelos religiosos europeus.

CONCLUSÃO

A finalidade deste estudo foi procurar enfatizar a introdução de um modelo de família mais pautado pelos valores burgueses entre as classes médias urbanas a partir das últimas décadas do século passado.

Não obstante, é preciso ressaltar também que esse novo modelo, estilo de organização familiar coexiste ainda durante várias décadas ao lado da tradicional família patriarcal, mais arraigada principalmente nas regiões do nordeste.

Por outro lado, deve-se ter presente que no Brasil os valores propriamente burgueses de progresso e liberdade encontraram um freio significativo na tradição católica, fortalecida sobretudo com a presença dos imigrantes de origem italiana e polonesa.

Não se pode também olvidar que nesse período, sobretudo entre as camadas mais pobres da população, continuam a persistir outras formas de constituição familiar, com freqüência até mesmo sem os vínculos jurídicos e religiosos. Os dados disponíveis até agora são insuficientes para uma análise mais séria desses outros modelos familiares, sendo ainda necessário ulteriores pesquisas nessa área.

Nas três últimas décadas mudanças significativas passam a atingir a organização e valores da família brasileira, com a urbanização crescente, as acentuadas migrações internas de população, a introdução de novos métodos anticoncepcionais, o surgimento do movimento

feminista, a libertação sexual crescente, a introdução do divórcio na legislação brasileira, a veiculação cada vez maior do erotismo através dos meios de comunicação social.

Essas alterações na concepção de valores familiares atingem em grau diferente a área rural e os centros urbanos, o nordeste e o centro-sul, a classe burguesa e as camadas populares de população.

Uma análise desses diversos aspectos, porém, foge dos parâmetros propostos para este estudo.

NOTAS

- (1) Marília, Maria Luiza, *População, sociedade e economia de uma comunidade pré-malthusiana brasileira*, Marília, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1971. Estudos Históricos, nº 10.
—, *Levantamentos censitários da fase proto-estatística do Brasil*, In: Anais de História, 1977, 9, pp. 63-75.
- (2) —, *O povo na Igreja do Brasil tradicional* In: CEHLA, *Para uma história da Igreja na América Latina. Marcos teóricos*, Petrópolis, Vozes, 1986, p. 114.
- (3) Freyre, Gilberto, *Vida social no Brasil nos meados do século XIX*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Artenova, 1977, pp. 73; 76.
- (4) Mott, Luiz R. B. *Os Pecados da Família na Bahia de Todos os Santos (1813)*, In: Cadernos C.E.R.U. nº 18, maio de 1983, pp. 91-129.
- (5) Freyre, Gilberto, *Sobrados e Mocambos*, Rio de Janeiro, José Olímpio, 1961, v. I, p. 102.
- (6) Vide Stanley J. Stein, *Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba, em referência especial ao Município de Vassouras*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1961, pp. 180-192.
- (7) Bevilacqua, Clovis, *Código Civil dos Estados Unidos do Brasil: Comentários*, Rio de Janeiro, Editora Rio, 1965, p. 629.
- (8) Pena, Maria Valéria Junho, *Mulheres e trabalhadoras. Presença feminina na constituição do sistema fabril*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981, p. 123.
- (9) Hahner, June, E., *A mulher no Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978, p. 96.
- (10) Saffiotti, Heleith I. B., *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*, Petrópolis, Vozes, 1979, p. 236.

- (11) Escrevendo em 1817 de Pernambuco, Tollenare narra as dificuldades dos colonos livres, em geral mestiços, em manter a estrutura familiar diante da violência dos senhores: "Os senhores de engenho procuram as suas mulheres para seu gozo; dizem-nas muito galantes, mas destas seduções resultam vinganças e punhaladas. (L. F. Tollenare, *Notas Dominicais*, Salvador, Livraria Progresso Editora, 1956, p. 96).
- (12) Omegna, Nelson, *A Cidade Colonial*, Brasília, EBRASA, 1971, p. 31.
- (13) Extraído da tabela elaborada por Juarez Brandão Lopes, *Desenvolvimento e Mudança Social*, São Paulo, Editora Nacional, 1972, p. 16.
- (14) Smith, Herbert H., *Brazil, The Amazon and the Coast*, Nova York, Charles Scribner's Sons, 1879, p. 50.
- (15) Pimenta, Silvério Gomes, *Vida de D. Antônio Ferreira Viçoso*, 3ª ed., Mariana, 1920, pp. 232-234.
- (16) Azevedo, Thales de. *Namoro, Religião e Poder*, Rio de Janeiro, Cátedra, 1980, p. 120.
- (17) Freyre, Gilberto, *Vida Social no Brasil nos meados do século XIX*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Artenova, 1977, p. 88.
- (18) Saffiotti, H. I. B., *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*, Petrópolis, Vozes, 1979, p. 179.
- (19) Pinheiro, Paulo Sérgio, *Classes médias urbanas. Formação, natureza, intervenção na vida política*, In: *O Brasil Republicano: História Geral da Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, Difel, 2ª ed., 1983, p. 22.
- (20) Zandonadi, Máximo, *Venda Nova: Um capítulo da imigração italiana*, São Paulo, Esc. Profissionais Salesianas, 1981, p. 91.
- (21) Aranha, Graça, *Canaã*, Rio de Janeiro, Ediouro, s/d, p. 25.
- (22) Sobre a questão da "germanidade" ver o estudo de Martin Dreher, *Igreja e Germanidade*, São Leopoldo, Editora Sinodal, 1984; sobre a "italianidade" ver Thales de Azevedo, *Italianos e Gauchos, os pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Editora Cátedra, 1982, pp. 218-244.
- (23) Sobre os valores americanos na educação protestante ver Jether Ramalho, *Prática educativa e sociedade*, Rio de Janeiro, Zahar, 1976, pp. 28-46.
- (24) Freyre, Gilberto, *Ordem e Progresso*, Rio de Janeiro, José Olímpio, 1959, 1ª tomo, p. 92.
- (25) Lacombe, Américo Jacobina, *A Igreja no início do século XX*, In: *Brasil 1900-1910*, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1980, pp. 56-57.
- (26) Saffiotti, Heleieth, I. B., *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*, Petrópolis, Vozes, 1979, pp. 179-180.
- (27) Vieira, Balbina Ottoni, *História do Serviço Social*, Rio de Janeiro, Agir, 1977, p. 142.

SUMÁRIO

O artigo é uma redação mais completa e documentada de um texto anteriormente apresentado no Seminário sobre Família e Valores na sociedade brasileira contemporânea, organizado pelo Centro João XXIII (RJ). O A. escolheu delimitar sua investigação e análise do problema entre as datas de 1870 e 1950 por tratar-se do segmento de tempo no qual se dá a passagem da antiga família brasileira patriarcal e senhoril para a família nuclear moderna predominantemente urbana. As mudanças por que passa a família brasileira no que diz respeito ao seu sistema de valores são analisadas nos planos político, social e cultural.

SUMMARY

The article is an enlarged and documented version of a paper previously presented at the Seminar on Family and Values in Contemporary Brazilian Society, organized by the Centro João XXIII, Rio de Janeiro. The A. chose to limit his study and analysis of the problem to the period between 1870 and 1950, because during that time occurred the passage from the old patriarchal and seigniorial Brazilian family to the modern nuclear and predominantly urban family. The changes which the Brazilian family goes through, in relation to its value system, are analysed at the political, social and cultural levels.